

"LUGAR DE AUTORIA": OUTROS OLHARES SOBRE A PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

"PLACE OF AUTHORSHIP": OTHER VIEWS ON THE PRODUCTION OF TEXTBOOKS

Adriana Ralejo¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma discussão oriunda de pesquisa de doutorado que tem por objetivo desenvolver a noção de "lugar de autoria" a fim de compreender o cenário atual da produção de livros didáticos de História no Brasil. Nesta ocasião, tendo como aporte teórico as contribuições de Michel Foucault, o conceito de autoria é revisto com base na função que desempenha no discurso. Na conjuntura política e econômica das duas primeiras décadas do século XXI, é problematizado o papel das editoras na produção de materiais didáticos, propondo-se um olhar para além da atuação mercadológica. A partir de entrevistas realizadas com autores de livros didáticos de História, compreendemos que o "lugar de autoria" se constitui na especificidade de seu tempo e espaço.

Palavras-chave: Livro didático. Autoria. Editora. Lugar de autoria.

ABSTRACT: This article presents a discussion from a doctoral research that aims to develop the notion of "place of authorship" in order to understand the current scenario of the production of history textbooks in Brazil. On this occasion, having as a theoretical contribution Michel Foucault's studies, the concept of authorship is reviewed based on the function it performs in discourse. In political and economic conjuncture of the first two decades of the 21st century, the role of publishers in the production of didactic materials is problematized, proposing a look beyond the market performance. From interviews conducted with authors of history textbooks, we understand that the "place of authorship" constitutes in the specificity of their time and space

Keywords: Textbook. Authorship. Publishing company. Place of authorship.

¹ Assessora de área de conhecimento da Positivo Soluções Didáticas. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Introdução

Em tempos de grandes incertezas, diversos aspectos da sociedade são constantemente questionados. Assim também acontece no campo educacional, onde as práticas docentes e a produção didática são revistos e problematizados. Nesse âmbito, o papel do livro didático se torna, na pesquisa da qual se origina este artigo, objeto de investigação. Quais processos de mudança este tipo de material, que se tornou parte da cultura escolar, têm passado, principalmente nos últimos 30 anos, quando a instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, levou, e ainda tem levado, autores e editoras a reverem suas práticas? No que isso impactou na produção desses materiais?

Defendemos a importância dos livros didáticos na formação de professores e no processo de ensino-aprendizagem. No âmbito do campo curricular, as pesquisas (BITTENCOURT, 2008; MONTEIRO, 2009,2013; OLIVEIRA, 2013) têm abordado esse objeto como forma de expressão de um conhecimento que focaliza na “epistemologia social escolar”, caracterizando-se como um espaço de produção em que se articulam fluxos do conhecimento científico com os saberes dos professores, dos alunos, da escola e da sociedade. Problematicamos esse material como objeto cultural complexo (GASPARELLO, 2013; MIRANDA, ALVIM, 2013; ROCHA, 2009) que se constitui em uma multiplicidade de relações e se torna portador de perspectivas plurais perante o conhecimento.

Se, por um lado, reforçamos a relevância do livro didático para o processo educacional, por outro, diversas polêmicas repercutiram na mídia e no meio acadêmico sobre os conteúdos vinculados por esse meio (ROCHA, 2017). As pesquisas acadêmicas, até a década de 1990, traziam como abordagem a análise sobre os conteúdos presentes/ausentes nos livros didáticos, comparando com aportes da historiografia, ou denunciando seu caráter ideológico (CAIMI, 2017). Em outro movimento, surgiam perspectivas investigatórias sobre a condição do livro didático como mercadoria (CASSIANO, 2013, 2017; MUNAKATA, 2012; SILVA, 2008) e os impactos da avaliação do PNLD sobre este material (BEZERRA; LUCA, 2006; CARTAXO, 2012; MIRANDA; LUCA, 2004; OLIVEIRA, 2013).

Compreendendo o livro didático como currículo prescrito, entendemos que ali existe uma organização prévia de situações de aprendizagem realizada em um

lugar de produção que possui como objetivo instituir normas, regulamentos e princípios sobre o que deve ser lecionado (JAEHN; FERREIRA, 2012). Este objeto se torna testemunho e fonte documental, público e visível, das racionalidades legitimadas como práticas de sala de aula, facilitando a compreensão dos interesses e influências de políticas públicas de escolarização (GOODSON, 1997) ao estabelecer um modo de ensino e aprendizagem por apresentar uma linguagem já didatizada.

Neste artigo colocamos em questão o lugar de produção de livros didáticos, mas não com o objetivo de problematizar a atuação de autores e a interferência das editoras, uma linha argumentativa que se tornou usual nas pesquisas das últimas décadas. Colocamo-nos numa posição de rever convicções que foram sendo construídas para abrir novas possibilidades de compreender o “lugar de autoria”

Para isso, em um primeiro momento, discutimos o conceito de autoria com base no posicionamento de Michel Foucault (2001) dentro de uma perspectiva teórica da discursividade. Para além do sujeito, se faz necessário compreender que “lugar” é esse em que se constituem práticas discursivas do fazer escolar.

A seguir, problematizamos as atuais relações entre escritores e editores, vislumbrando outras concepções de autoria frente às demandas políticas e sociais da contemporaneidade. Por fim, apresentamos o depoimento de dois autores de livros didáticos de História².

1. Lugar de autoria

Falar em “lugar de autoria” remete a um poder que está para além da figura de um sujeito racional. A responsabilização pelos “erros” e “acertos” presentes nos materiais didáticos está relacionada com negociações que são estabelecidas por diversas formas de saber e poder, em diferentes níveis de intervenção (desde o micro ao macro, ou seja, do nível local ao alcance do Estado) e em vários espaços ou “lugares” do conhecimento. Assim, compreendemos que há

² A pesquisa a qual se originou este artigo está situada na especificidade do ensino de História, mas consideramos que a argumentação teórica aqui construída pode estar relacionada com as demais áreas de conhecimento.

uma grande complexidade ao pensar sobre a prática de produção de livros didáticos, mas que são possíveis estabelecer alguns apontamentos.

A autoria, para Foucault, não está ligada a uma pessoa, mas representa uma função existente na ordem do discurso:

Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que – ao mesmo desde certa época – o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte no qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo o momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra (FOUCAULT, 2012, p. 27-28).

É dessa forma que Foucault (2012) passa a considerar a existência de autoria: uma função, uma inquietação provocada na linguagem, de alguém que em meio às palavras, rompe, traz seu gênio e sua desordem. Entende-se então que há um modo de existência que faz com que os textos possam circular e funcionar no interior de uma sociedade ao classificar, reagrupar, delimitar, excluir, opor e relacionar textos uns dos outros, mobilizando e rompendo discursos. Eis uma das funções do autor: homogeneizar diferentes discursos e dar sentidos à eles.

[...] mas o fato de que vários textos tenham sido colocados sob um mesmo nome indica que se estabelecia entre eles uma relação de homogeneidade ou de filiação, ou de autenticação de uns pelos outros, ou de explicação recíproca, ou de utilização concomitante. Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2001).

O princípio de unidade ou agrupamento é uma das quatro “função autor” discriminadas por Foucault (2001), classificações essas que não são universais, mas uma característica do seu modo de existência. Nessa concepção, o autor se torna aquele que cria um aspecto de homogeneidade diante de uma pluralidade de posições e diversidade de vozes, selecionando-os e organizando-os de forma lógica.

As outras três funções enumeradas pelo filósofo são:

1. Apropriação: um texto possui um autor quando este pode ser punido ao praticar um gesto carregado de riscos, estabelecendo uma propriedade ao texto. Entende-se esta função como forma de conservar os direitos do autor sobre sua obra através de regras restritas como contratos e os direitos de copyright.
2. Valor de verdade: um texto é dotado de autoria quando o nome de um sujeito representa uma referência e uma garantia sobre o que foi escrito. Neste caso, é atribuído ao autor o valor de autoridade que legitima o conhecimento que está sendo transmitido e dá credibilidade como valor de verdade. Esse tipo de função surge na Modernidade, quando textos científicos passam a desafiar o sagrado.
3. Origem: a autoria é uma operação complexa composta de diferentes formas, de acordo com o tempo histórico e com os tipos de discursos que a constitui. Mas é atribuído a esse sujeito um valor de criador, aquele que dá uma razão ao texto. Quando um texto passa por modificações, como uma atualização ou revisão, ele está sendo situado em seu momento histórico e confere a possibilidade de transformação mediante a ação de um sujeito Foucault (2001).

A opção que aqui proponho, baseado nas contribuições foucaultianas, pela utilização da noção de “lugar de autoria” nos ajuda a desvincular a imagem de um sujeito para compreender a complexidade das relações estabelecidas na produção de livros didáticos.

Um lugar e a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar

'próprio' e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 1998, p. 201).

Assim, defendemos que o uso do significante "lugar" reforça a existência de uma especificidade do contexto de produção e de práticas exercidas sob regras institucionais. Entendemos que o "lugar de autoria" é uma representação política fixa, onde atuam determinados sujeitos de forma desarticulada, exercendo uma função no contexto das políticas curriculares e das práticas escolares.

A partir da contribuição de Foucault (2012), compreendemos que esse lugar é produzido no contexto discursivo. O "lugar de autoria" só existe porque as práticas sociais possibilitaram e legitimaram que houvesse um poder político que gera sentidos sobre o ensino. A autoria de livros didáticos só se constitui porque há a necessidade, configurada pelo cenário educacional e pelas políticas públicas, de um lugar legitimado a enunciar aspectos da educação e do ensino.

O "lugar de autoria" se caracteriza por ser específico, estratégico, determinante, descontínuo, político, discursivo e produtivo. Nele, diferentes sujeitos estão envolvidos com a função autor. Esse contexto da produção de livros didáticos, mesmo sendo ocupado por diferentes tipos de sujeitos, tem ganhado uma característica própria em tempos atuais, principalmente na relação que se estabelece com as editoras, que se reinventam a cada instante. A instituição a qual era anteriormente atribuída um papel regulador, de forma externa à produção didática, vem adquirindo uma função produtiva. É esse tipo de olhar que procuramos desenvolver a seguir.

2. Escritores e editores: outras concepções sobre a autoria

Como dito anteriormente, muitos trabalhos acadêmicos têm destacado a atuação das editoras no seu processo produtivo dos livros didáticos. As pesquisas de Roger Chartier (1998, 2002, 2012, 2014) têm sido mobilizadas como uma das principais referências teóricas para discutir a relação entre autor e editor, entendendo que a produção livresca está inserida em um sistema de ordem para além da relação entre escritor e texto. Como parte da regulamentação da "ordem dos livros", o historiador destaca a intervenção editorial.

Um dos exemplos que Chartier (2002) utiliza para construir o seu argumento sobre a ação das editoras na produção de livros foi o estudo realizado sobre a obra "Dom Quixote" cuja primeira autoria é atribuída à Miguel de Cervantes. O historiador conta como a primeira versão dessa obra sofreu diversas modificações ao longo das edições através da intervenção de intermediários entre o autor e o leitor, como tipógrafos, editores e revisores. Com isso, ele busca demonstrar que a produção textual passou por diferentes etapas, técnicas e intervenções humanas que acabam por criar sucessivos textos de um "mesmo" trabalho, ou seja, ao passar pelas mãos de outros sujeitos, o texto acabou ganhando sentidos diferentes daquele produzido originalmente por Miguel de Cervantes.

Assim, entendemos que o importante, de acordo com o autor, na história dos livros e da produção escrita não é compreender a concepção inicial da obra ou o produto final, representados pelo escritor e pelo livro, sucessivamente. O sentido que ele busca construir é que existe um processo na escrita de uma obra que envolve diferentes atores na publicação, e que esses sujeitos podem atribuir outros sentidos ao texto.

As pesquisas que visavam investigar a participação das editoras como um fator importante para compreender o universo dos livros didáticos no Brasil começaram a ganhar força na década de 1990, principalmente a partir das contribuições de Circe Bittencourt (2004, 2008), Kazumi Munakata (1997, 2004, 2009, 2012, 2016) e Décio Gatti Junior (2004, 2007). É importante destacar que a produção desses três pesquisadores se situa historicamente em um mesmo contexto quando, como consequência do processo de redemocratização do país, se intensificaram as políticas de controle e qualidade sobre o conhecimento escolar. Exemplo disso é a consolidação do PNLD em 1995, por meio do qual técnicos e professores universitários passaram a avaliar livros didáticos. Ou seja, essas discussões surgem em um momento de incertezas, levando a ser repensado o lugar de produção desse tipo de material a fim de se adaptar às novas exigências políticas.

Como fica a função do autor em meio a esse novo cenário que se apresenta? É a esse tipo de questionamento que esses trabalhos nos levam ao refletir quando constatamos o poder de intervenção das editoras na produção de

um livro. Estariam diminuindo a autonomia dos autores? Essa difícil relação entre autor e editor tem feito surgir uma conscientização problematizante sobre a produção de livros didáticos. Quem são esses sujeitos que ocupam o lugar de produção?

Munakata (2016) evidencia uma profissionalização crescente dos sujeitos que assumem a função da autoria, deixando de ser um espaço de aventureiros ou amadores que gostam de escrever sobre a História. A complexidade da produção de livros didáticos tem exigido a dedicação exclusiva para esse ofício e o envolvimento cada vez maior de profissionais especializados nos procedimentos de editoração.

Assim, aumentam as funções e responsabilidades desempenhadas pelas editoras junto com a corrida mercadológica que se estabelecem entre os concorrentes. O uso de recursos cada vez mais inovadores e de equipes altamente qualificadas e capacitadas para esse tipo de atuação são investimentos realizados para cumprir as novas exigências políticas e sociais que se apresentam a cada instante no universo educacional. O texto, originalmente redigido por um escritor, não é automaticamente impresso e transformado em livro, mas há um grande processo e muitas transformações que ocorrem até se chegar ao produto final.

O conceito de editor surge na Roma Antiga consistindo no sujeito responsável por cuidar e multiplicar as cópias dos manuscritos originais dos autores de forma correta. Tratava-se da pessoa encarregada por organizar, selecionar, normalizar, revisar e supervisionar para a publicação dos originais da obra (TEIXEIRA, 2012). Hoje, quando pensamos na função do editor, ainda o entendemos como o sujeito que traz consigo essas responsabilidades, mas suas atribuições se tornaram mais complexas e divergentes. O editor representa um complexo de atividades que vai desde a edição até a distribuição de vendas, mas é também entendido como aquele que faz uma obra nascer, “dá à luz”, confundindo-se, nesse aspecto, com a própria noção geral de autoria (TEIXEIRA, 2012).

A maior inserção das editoras no mercado de didáticos tem demonstrado que a produção de um livro vai muito além da ação de um escritor, contando com uma equipe de sujeitos que exercem diferentes funções e controle sobre os

originais a fim de dar uma unidade em toda coleção didática. A escolha do autor também passa por modificações, admitindo-se sujeitos com maior especialização acadêmica e/ou com grande experiência em sala de aula.

Assim, compreendemos que o “lugar de autoria” passa a ganhar um caráter mais técnico e difuso, com sujeitos que participam não só da produção, mas da divulgação, revisão e atualização da obra, seguindo as exigências do mercado didático. Ao que tudo indica, a relação dos autores com os editores vem se ajustando de acordo com as demandas dos novos tempos. Se antes o papel da editora era visto como parte externa do processo produtivo, com a função de impressão e distribuição, hoje vem se estabelecendo uma relação de parceria entre autor e editor. É uma relação muito instável, ora profissional, ora com conflitos, moldada pelo mercado consumidor e pelas políticas públicas.

Fica claro que a autonomia do autor deve ser problematizada frente ao poder editorial. De acordo com Souza (1996), a autoridade do autor é validada mediante o reconhecimento da editora. Assim, se o projeto do escritor não for adotado por alguma editora para ser publicado, ele é deslegitimado como uma obra didática. Seguindo na sua argumentação, Souza diz que “o autor do livro é destituído de sua autonomia, pois, para existir no interior do aparato editorial, precisa estar em conformidade com seus padrões, além de ter de ocupar o ‘lugar’ que lhe cabe, ou seja, o de fazer concessões” (SOUZA, 1996, p. 59).

Essa ocupação da editora do lugar de autoria faz com que o escritor, entendido como o primeiro autor da obra, aos poucos vá perdendo a exclusividade sobre a “função autor”. Ao seguir os padrões estabelecidos pela editora, que se mostra como autoridade determinando o perfil da obra, as marcas da presença de um único sujeito vão desaparecendo para dar lugar de protagonismo ao próprio livro. A identidade que se busca estabelecer não é mais de uma obra ligada a um nome particular, mas a força do título de uma coleção, garantido pelo nome da editora como um selo de qualidade, que deve ser capaz de trazer sentidos sobre o perfil do livro.

3. O que dizem os autores?

Na pesquisa de doutorado da qual emergiu essa questão sobre o “lugar de autoria”, uma das metodologias utilizadas foi a realização de entrevistas com dois escritores de livros didáticos, a fim de compreender, nas construções discursivas que produzem, como estes sujeitos constroem sentidos de suas práticas como autores. Diferentes aspectos foram analisados a partir de suas falas, mas, nesta ocasião, destacaremos como a relação com as editoras são significadas por eles.

Primeiramente é preciso salientar que Ana e Carlos são autores de uma mesma editora, mas em seus depoimentos, as relações estabelecidas com a instituição da qual são representados se estabelecem de diferentes formas, reforçando a compreensão que aqui apresentamos de que o “lugar de autoria” se constitui em sua especificidade. Sobre a inserção no universo editorial, Ana diz que:

[...] eles [o grupo editorial] nos convidaram, porque já tinham trabalhado com a gente. Havia a ideia de fazer um projeto de sexto ao nono ano com várias disciplinas, com algumas características em comum e essa equipe achou que a gente conseguiria transitar bem dentro daquela proposta. Então, [...] já havia uma concepção de coleção. Então isso é uma outra coisa também, a gente é autor até um ponto, nem sempre a gente é 100% autor de tudo o que está dentro da obra. Então, [...] algumas seções, por exemplo, nos foram encomendadas: 'Olha, precisa ter isso aqui porque uma seção com esse perfil também vai ter em Geografia, em Língua Portuguesa, em Matemática e etc.' Então a gente trabalha de acordo com essas premissas (ANA, entrevista em agosto de 2017).

Ana já atuava como autora de uma coleção de livros didáticos em outra editora. Quando há a mudança, por meio de convite da editora, ela e sua coautora enfrentaram o desafio de produzir uma obra dentro dos padrões estabelecidos pelo projeto já existente. Ou seja, a proposta do perfil da obra didática foi elaborada pela editora, seguindo um padrão de projeto com outras disciplinas. A prática de Ana como autora foi limitada ao dever cumprir determinadas exigências que estabeleceria um padrão com as obras das demais disciplinas.

Assim, ao controlar a atuação dos autores, as editoras acabam intervindo na produção de livros didáticos de formas direta (modificando no texto) e indireta (propondo uma forma de composição do livro), se relacionando com o que Chartier (2001 apud Teixeira, 2012) denominou como *mise en texte* e *mise en livre*.

[...] os procedimentos de elaboração de texto são constituídos pelo conjunto de procedimentos retóricos, dos comandos que são dados ao leitor, dos meios pelos quais o texto é construído, dos elementos que devem conduzir à convicção ou ao prazer. Existem, de outra parte, os procedimentos de compor em livro, que podem apropriar-se diferentemente do mesmo texto. Eles variam historicamente e também em função de projetos editoriais que visam a usos ou leituras diferentes. Portanto, sobre um mesmo texto, que tem suas próprias regras de elaboração, os procedimentos de se compor em livro podem variar de maneira extremamente acentuada. A pergunta histórica deve atuar justamente sobre esses dois registros. Um remete para o lado da análise e da pragmática dos textos, da análise das formas retóricas, do estudo literário. O outro remete para um saber mais técnico, o da história do livro, da bibliografia material, da história da tipografia. Creio que de seu cruzamento poderá nascer uma reinterrogação do objeto-livro [...] (CHARTIER, 2001 apud TEIXEIRA, 2012, p. 251-252).

Podemos considerar que a atuação das editoras no processo de produção de coleções didáticas se constitui de diferentes formas: atendendo demandas do público alvo e mercado consumidor; instituindo de parâmetros pedagógicos; mudando no texto original, reescrevendo-o, mas mantendo a personalidade do autor; realizando processos de didatização; e influenciando ideologicamente através da voz social do editor e sua equipe.

Assim, as editoras têm assumido cada vez mais a responsabilidade sobre a produção de uma obra para que esta possa obter sucesso por meio de suas inovações e estratégias de produção, contando com o seu conhecimento sobre o mercado consumidor. Inclusive, para garantir a lucratividade mediante um público diverso, sendo difícil conquistar a todos de uma única forma, as editoras têm investido na produção de diferentes tipos de coleções para um mesmo nível de ensino, publicando obras mais voltadas para as exigências do PNLD a fim de serem aprovadas pelo governo federal, destinando-se às escolas públicas do país, e obras que possuem o perfil que responde mais às demandas da escola privada. O fato, inclusive, dos dois escritores entrevistados nesta pesquisa

pertencerem a uma mesma editora evidencia o investimento em diferentes tipos de coleções. O que poderia se caracterizar como uma relação de concorrência, percebemos se tratar de uma estratégia da editora a fim de garantir as vendas para diferentes públicos.

Já o escritor Carlos apresenta um perfil diferente de relação com a editora daquele relatado por Ana na produção dos livros didáticos:

Carlos: Então, quando mando meus originais, eu mando com todas as partes que pertencem a um livro, desde a carta de introdução à sequência do texto, o sumário do texto, a iconografia sou eu que escolho, as legendas que fazem parte... às vezes, eu 'tô' dando um recado na legenda, toda aquela custódia, eu faço tudo. Eu trabalho com a minha filha, minha filha me ajuda, então além dos meus coautores, né? Mas o meu coautor também é muito bom hoje com informática, a gente já entra no banco, já 'tô mandando tal'. Então você tem que cuidar de tudo. Tem autores que não cuidam de tudo não, tem autores que, por exemplo, todas as capas do meu livro, até o presente o momento, sou eu que escolho. [...]. Eu diria o seguinte, olha, toda relação profissional, ela vai dar autonomia à uma parte ou outra dependendo do peso que essas pessoas tem no jogo. Como você disse, eu sou um autor, eu nasci dentro de uma editora, desde menino, eu conheço muito o lado do editor, eu conheço o lado do autor, e, graças a Deus, eu sou uma pessoa que tem uma certa autonomia como autor, respeitam, há muitos anos, respeitam o que eu faço, meus livros não passam por leituras críticas ou pareceristas, essa coisa toda, há muitos anos não passam e o editor me dá realmente autonomia pra falar. Evidentemente, tem um diálogo, às vezes pode ter um diálogo um pouco mais áspero, ou ele reclamando que eu deveria desenvolver mais um assunto, geralmente o editor, ele tem uma mania de dizer assim: 'você tinha que falar mais sobre tal coisa, essa é uma das...', 'fale mais sobre tal coisa', 'fale mais sobre os persas', 'fale mais sobre..', 'acho que você não falou tanto sobre hebreus', 'você não falou...' essas coisas, é infinito o que falar. E eu, de um modo geral, eu argumento, eu falo: 'olha, eu fiz uma escolha, eu acho que não tinha que falar mais' e a minha vontade prevalece porque juridicamente prevalece. Agora, um autor novo, ele faz um contrato como o meu, um contrato de edição, você olha os padrões dos contratos. Tem editor que, às vezes, por exemplo, eu recentemente vi um editor assim, ele dizia assim que o título do livro quem tem que dar é a editora, que o autor não sabe dar título, que a capa é o editor que tem que escolher. Entrevistador: A editora que dá um projeto já semi-pronto. Carlos: É, ou então interfere demais no original. No meu caso, não tem isso, eu não assino essas coisas. Eu acho que eu sou o autor do livro da capa. Eu escrevo um livro [...]. E aí, vamos dizer, eu pego um maluco lá e ele me coloca um bandeirante dando tiro num índio porque acha que tá bonito aquilo. Você acha que eu vou dizer que aquilo tá bom? Eu acho que a capa tem que dizer um pouco daquilo que tem o conteúdo, se aquilo é incoerente, já teve, eu não tô

inventando esse exemplo, um artista inclusive fez uma capa, sei lá, do ponto de vista de pintura estava muito boa, era um bandeirante dando um tiro, eu falei: 'Mas isso, que é isso? Isso não tem nada a ver, meu livro não fala disso, não fala de bandeirante. Bandeirante, pra mim, é um despovoador do sertão. Isso não tem nada a ver'. Então, se você deixar uma pessoa do departamento de arte botar uma iconografia na capa do teu livro, ele vai colocar um pergaminho, sabe aquelas coisas assim que História é velharia, é capaz de botar uma ampulheta pra reforçar esse estereótipo de que História é coisa passada... Falar 'Porque não põe um relógio digital?'. É umas coisas assim, tudo aquilo que a gente luta pra mostrar que História é vida, que História faz parte, que você tem que se inserir na História, às vezes ele tem um estereótipo de História [...] (CARLOS, entrevista em agosto de 2017).

O contexto em que Carlos atua demonstra uma relação diferente desse "lugar de autoria". Há uma maior autonomia do escritor, em diálogo com sua equipe interna na tomada de decisões sobre o livro. Carlos apresenta uma longa trajetória de atuação em uma mesma editora. Já Ana, atuava nesta mesma editora havia menos de 5 anos, tendo trabalhado anteriormente em outras duas empresas, onde a configuração do "lugar de autoria" já passava por modificações com o impacto das políticas avaliativas. A diferença de poder de atuação do escritor expressa como o "lugar de autoria" é algo que se constitui na especificidade daquela relação.

A escolha do título da obra, como foi comentado por Carlos, expressa esses diferentes níveis de autonomia. A coleção de livros didáticos produzida por Ana possui como título um nome utilizado nas obras das demais disciplinas, diferenciando-se apenas pelo componente curricular: História, Geografia, Matemática, etc. Essa característica mostra a padronização de uma proposta educacional que perpassa por todas as áreas de conhecimento. Ana confirma isso ao dizer:

Ana: [...] o título, pra ser sincera com você, não é nosso. O título é da editora. Entrevistador: Acho que é o projeto, não é? Ana: É um projeto, isso mesmo, então eles lançaram. A primeira produção nossa [...] o título era nosso, mas a gente não levou para a outra editora e quando a gente mudou de editora, [...] (ANA, entrevista em agosto de 2017).

Repare que quando a autora se refere à obra anterior, ela expressa um valor de propriedade do título adotado, ou seja, a criação da proposta expressa

uma maior autonomia das escritoras naquela ocasião. Já, quando há a mudança de editora, a escolha do título escapa de sua autonomia por se tratar de um projeto pré-estabelecido. Neste caso, a editora exerce mais fortemente o valor da “função autor”. Entendemos que um mesmo sujeito como escritor pode fazer parte de um “lugar de autoria”, mas exercendo diferentes níveis de poder, o que confirma a especificidade de tempo e espaço desse lugar.

Considerações Finais

Neste artigo não queremos negar o conhecimento e a capacidade de um autor de livros didáticos. Suas experiências e conhecimentos são importantes, mas é preciso compreender que não são os únicos elementos necessários para produzir uma boa obra didática. Para desempenhar a função de autoria de livros didáticos não basta ter somente os conhecimentos específicos de uma área de conhecimento.

O processo da escrita é objeto de nossa atenção, pois compreendemos que o escritor de livro didático não age sozinho. Além do relacionamento com outros textos e modalidades da linguagem que o sujeito mobiliza (OLIVEIRA, 2007), há uma pluralidade de operações que um texto passa até ser publicado. Chartier (2012) diz que autores não escrevem livros, nem os seus próprios, demonstrando a existência dessas operações e decisões, habilidades e técnicas que fogem das mãos do escritor.

É através dessa mobilização de pessoas, lugares e operações que o texto, originalmente redigido pelo escritor, encontra meios de circulação desde sua composição até o momento da revisão. Eles são apreendidos, manejados e compreendidos para serem transformados em objetos de consumo (ANDRADE, 2003). A obra, que originalmente atribuíamos somente a um indivíduo, passa a ser compreendida como uma produção coletiva, resultado de negociações nas transações instáveis e sempre renovadas, perpetuando uma identidade através de várias formas de transmissão e representação. O texto passa por muitas operações até se tornar um livro.

A relação entre autor e editor merece nossa atenção a fim de compreender como acontece atualmente a produção de livros didáticos. Quem predomina

nesse jogo? As vontades e a originalidade do autor ou a experiência técnica das editoras com o mercado consumidor? A disputa de poder entre esses dois sujeitos torna cada vez mais difícil definir onde reside o “lugar da autoria”.

Com a criação do PNLD, a relação entre autores e editores se tornou cada vez mais complexa devido aos retornos financeiros que envolvem o mercado de livro didático. A fim de agilizar a criação de uma obra, o “lugar de autoria” foi se tornando cada vez mais fragmentado, conferindo poderes a outros sujeitos reconhecidos socialmente como colaboradores. O autor depende do editor em vários momentos, desde a aceitação da obra para publicação, em todo o processo de transformação do manuscrito em objeto de leitura até a inserção no mercado (BITTENCOURT, 2004).

Cada um desses sujeitos adquire funções específicas na produção do livro didático. Essa interferência acaba aumentando a distância entre o manuscrito (elaborado pelo escritor) e a obra final que é oferecida aos leitores, o que Chartier (1998, 2014) diferencia entre produção de texto e produção de livro. Começa assim um jogo de interesses em que a editora passa a atuar junto ao autor influenciando na criação de novos sentidos em um trabalho de várias mãos e várias cabeças. Segundo Chartier (2014), os poderes que circulam a produção de uma palavra impressa podem ser abertos a possibilidades de intervenção técnica e de uma construção social e cultural. Nesse caso, o lugar editorial tem seu poder ampliado por meio de negociações (nem sempre destituídas de conflitos e diferenças de opiniões) que buscam manter uma autoridade da obra.

Essas negociações abarcam diferentes atores que estão envolvidos nesse processo de publicação dos textos e que acabam também por produzir sentidos que serão transmitidos. Assim, não podemos analisar as relações de autoria de um livro didático sem considerar o produto final pronto, porque este representa um conjunto de pressupostos, escolhas, objetivos e didatizações. Um livro didático não é só texto e conteúdo, mas é uma ideia, um projeto realizado em conjunto (TEIXEIRA, 2012). Mas até onde há esse poder de intervenção desses outros sujeitos envolvidos na produção da obra? Suas decisões podem ir contra as concepções originais do escritor?

Assim, é preciso reconhecer que os livros didáticos são produtos de uma relação primeiramente entre o autor e o editor, uma relação muitas vezes difícil e

que exige cuidados de ambas as partes. Os relatos dos autores entrevistados nesta pesquisa demonstraram que essa relação pode se estabelecer de diferentes formas, ora com um maior protagonismo do escritor que busca um lugar para publicação de seu trabalho, ora por iniciativa da editora que recruta profissionais com talentos para produzir algo direcionado de acordo com seus objetivos.

Queremos aqui demonstrar que o lugar do editor não pode ser visto somente sob o aspecto comercial. Ele desempenha tanto um trabalho técnico de organização de seleção, formatação e venda quanto intelectual ao impedir que o texto possua contradições, incoerências, fragmentações, construindo uma imagem de unidade da obra (HENGE, 2016; TEIXEIRA, 2012) e caracterizando a produção daquela editora. O editor não é um livreiro ou um impressor, trata-se de um autor, no sentido foucaultiano que aqui apresentamos, porque adquire a função de trazer uma unidade ao texto e tomar decisões e ações efetivas que modificam, organizam e fixam sentidos na produção dos livros didáticos.

Referências

ANDRADE, Eliane. A autoria e a função-autor no livro didático. *Quaestio – revista de estudos em educação*, Sorocaba, ano 5, n. 2, p. 75-90, nov. 2003.

BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tânia. R. Em busca da qualidade PNLD história – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria. E. B. (org.). *Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006. p. 27-53.

BITTENCOURT, Circe. M. F. *Livro didático e saber escolar 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe. M. F. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

CAIMI, Flávia. O livro didático e as imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de S. (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 33-54

CARTAXO, Simone R. A formação do autor do livro didático do PNLD. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do

Sul. *Anais* [...]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. v. 11, p. 1-13.

CASSIANO, Célia C. de F. Política e economia do mercado do livro didático no século XXI: globalização, tecnologia e capitalismo na educação básica nacional. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de S. (org.) *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 88-100

CASSIANO, Célia C. de F. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na Educação nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2013

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor?: revisão de uma genealogia*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos: estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3, p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GASPARELLO, Arlete M. Livro didático e história do ensino de História: caminhos de pesquisa. In: GALZERANI, Maria C. B.; BUENO, João B. G.; PINTO JUNIOR, Arnaldo (org.). *Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História*. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória Unicamp, 2013.

GATTI JUNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004.

GATTI JUNIOR, Décio. Estado, currículo e livro didático de história no Brasil (1988-2007). In: OLIVEIRA, Margarida M. D. de; STAMATTO, Maria I. S. (org.). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007. p. 19-35.

GOODSON, Ivor. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

HENGE, Gláucia da S. Confrontos discursivos e autoria colaborativa. In: MITTMANN, Solange (org.). *A autoria na disputa pelos sentidos*. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2016.

JAEHN, Lizete; FERREIRA, Márcia S. Perspectivas para uma história do currículo: as contribuições de Ivor Goodson e Thomas Popkewitz. *Currículo sem fronteiras*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 256- 272, set./dez. 2012.

MIRANDA, Sônia R.; ALVIM, Yara C. Livros na batalha de ideias: a sedução da verdade no debate em torno dos livros didáticos de história. In: GALZEANI, Maria C. B.; BUENO, João B. G.; PINTO JUNIOR, Arnaldo (org.). *Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história*. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória Unicamp, 2013. p. 373-398.

MIRANDA, Sônia R.; LUCA, Tânia R. de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MONTEIRO, Ana M. F. C. Livros didáticos de história para o ensino médio e as orientações oficiais: processos de recontextualização e didatização. In: GALZEANI, Maria C. B.; BUENO, João B. G.; PINTO JUNIOR, Arnaldo (org.). *Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história*. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória Unicamp, 2013. p. 209-226.

MONTEIRO, Ana M. F. C. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de S. *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro. FGV, 2009. p. 177-199.

MUNAKATA, Kazumi. Os autores de livros didáticos na virada do século. In: GAPARELLO, Arlete; VILLELA, Heloisa (org.). *Educação na história: intelectuais, saberes e ações instituintes*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 35-56.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. *Pró-Posições*, São Paulo, v. 23, p. 51-66, 2012.

MUNAKATA, Kazumi. Devem os livros didáticos de história ser condenados?. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca (org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. v. 1, p. 281-292.

MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção. *Educação e Pesquisa* (USP), São Paulo, v. 30, n. 3, p. 513-529, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. Tese (Doutorado) –Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Iranilson. B. de. A zona do indeterminado: pensando autor, autoria, produção e consumo de livros didáticos. In: OLIVEIRA, Margarida M. D. de; STAMATTO, Maria I. S. (org.). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: Editora da UFRN EDUFRN, 2007. p. 67-77.

OLIVEIRA, Margarida M. D, de. O programa nacional do livro didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. *In: GALZEANI, Maria C. B.; BUENO, J. B. G.; PINTO JUNIOR, Arnaldo. Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história.* Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória Unicamp, 2013. p. 357-372.

ROCHA, Helenice. Livro didático de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. *In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de S. (org.). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 11-30.

ROCHA, Helenice. Livros didáticos de história: a diversidade de leitores e usos. *In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de S. (org.). A história na escola: autores, livros e leituras.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 201-226.

SILVA, Alexandra L. da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de história do Brasil – Rio de Janeiro (1870-1924).* 2008. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOUZA, Deusa M. Autoridade, autoria e o livro didático. *Contexturas*, São Paulo, n. 3, 1996.

TEIXEIRA, Adriana L. de D. *Autoria no livro didático de língua portuguesa: o papel do editor.* 2012. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas, 2012.

*Recebido em 30 de Setembro de 2018
Aprovado em 10 de Junho de 2020*